

Páginas

01 a 06;

08 a 15;

37 a 43.

102 a 104;

115 a 119;

141 a 144.

08/2016

Minas Gerais
Estado Ambiente
Estado Ambiente

AI Nº 96355/2016

Parque de Tratamento de
Resíduos MG Ltda

PA: 452938/2016

CAP



MEMO.GESPE/DGER. FEAM. SISEMA/Nº 058/2016

Belo Horizonte, 05 de outubro de 2016.

Para: Gláucia Dell'areti Ribeiro
Coordenadora do Núcleo de Auto de Infração

Referência: **Encaminhamento de AF e AI –
SERQUIP TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA – Montes CLaros**

Prezada Coordenadora,

Envio, em anexo, Auto de Fiscalização nº 68651/2016 e Auto de Infração nº 96155/2016, lavrados em 30 e 31 de agosto de 2016, respectivamente, em desfavor do empreendimento SERQUIP TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA – Montes Claros (CNPJ: 05.266.324/0003-51), para providências.

Ressalta-se que o Auto de Infração nº 96155/2016 foi lavrado pela infração tipificada sob código 102, do Anexo I do Decreto 44.844, de 25 de junho de 2008, por descumprimento pela empresa de determinação de servidor credenciado, uma vez que não realizaram a completa correção da Declaração da Gestão de RSS do ano-base 2014 referente à unidade da empresa em Montes Claros, mesmo após diversas solicitações de esclarecimentos e correções pela Gerência de Resíduos Especiais da Feam, detalhadas no Relatório Técnico RT GESPE nº 06/2016, o qual já foi encaminhado ao Processo Administrativo correspondente (Protocolo nº 1064302/2016).

Dessa forma, foi aplicada **advertência**, determinando-se que a Serquip Tratamento de Resíduos MG LTDA enviasse à Feam a Declaração da Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde referente ao ano-base 2014 completa e corrigida, com todos os municípios de origem dos resíduos e respectivos quantitativos, em meio digital, no prazo de 20 dias corridos a contar da data de recebimento deste ofício, conforme orientações dadas no OF.GESPE.FEAM.SISEMA nº 60/16.

O referido auto de infração foi cadastrado no sistema CAP – Controle de Autos de Infração e Processos no dia 03 de outubro de 2016, após recebimento do AR confirmando o recebimento da correspondência pelo autuado em 19 de setembro de 2016. Não foi possível realizar o protocolo do auto de fiscalização no SIAM, conforme já informado anteriormente a esta coordenadora.

Vale destacar que **a empresa cumpriu a determinação definida na advertência**, enviando tempestivamente a declaração completa e corrigida à Gerência de Resíduos Especiais.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Isb



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Fundação Estadual do Meio Ambiente
Diretoria de Gestão de Resíduos
Gerência de Resíduos Especiais

Atenciosamente,

Luiza Silva Betim
Luiza Silva Betim

Analista ambiental - Gerência de Resíduos Especiais



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM
Gerência de Resíduos Especiais

FEAM	
Protocolo nº: 3019/298/2016	FUNDAC. ESTADUAL
Divisão: FEAM/GESPE	FL. Nº
Mat. _____	Visto <i>Ornela</i>

MEIO AMBIENTE

OF.GÉSPE.FEAM.SISEMA nº 60/16

Belo Horizonte, 02 de setembro de 2016.

Referente: Encaminhamento de Auto de Fiscalização e Auto de Infração (Advertência) referente ao descumprimento de determinação de servidores da Gerência de Resíduos Especiais da Feam – Declaração da Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde do ano-base 2014

Prezado senhor,

Comunicamos que o empreendimento SERQUIP TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA, situado no município de Montes Claros – MG, descumpriu determinação de servidor credenciado, por não ter realizado a completa correção da Declaração da Gestão de RSS do ano-base 2014 referente à unidade da empresa em Montes Claros, mesmo após diversas solicitações de esclarecimentos e correções pela Gerência de Resíduos Especiais da Feam, conforme detalhado no Relatório Técnico RT GESPE 06 2016. Vale destacar que a Gerência de Resíduos Especiais comunicou detalhadamente à empresa grande parte dos dados a serem complementados, conferidos ou corrigidos.

Como resultado da verificação da referida infração, foram lavrados o Auto de Fiscalização nº 68651/2016 e o Auto de Infração nº 96155/2016, encaminhados junto a este ofício.

No referido auto de infração, foi aplicada advertência, determinando-se que a Serquip Tratamento de Resíduos MG LTDA envie à Feam a Declaração da Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde referente ao ano-base 2014 **completa e corrigida**, com todos os municípios de origem dos resíduos e respectivos quantitativos, em meio digital, **no prazo de 20 dias corridos** a contar da data de recebimento deste ofício. A declaração deve ser enviada ao e-mail feam.gesperss@meioambiente.mg.gov.br. O descumprimento dessa determinação implicará na conversão da advertência em multa simples, conforme determina o Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008.

Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Anexos:

- Auto de Fiscalização nº 68651/2016
- Auto de Infração nº 96155/2016
- Relatório Técnico GESPE nº 06/2016



Atenciosamente,

Ilmo. Senhor

Gilson Vilela

SERQUIP TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA

Av. Lincoln Alves Santos, Nº 740 – Distrito Industrial

CEP: 39404-005

Município: Montes Claros – MG

Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
Rodovia Papa João Paulo II, 4143 – Bairro Serra Verde - CEP: 31630-900 – Belo Horizonte / MG.
Fone: (31)3915-1153 – Home page: www.feam.br



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH



1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº **68651** /20**16** Folha 2/3

2. AGENDAS: 01 FEAM 02 [] IEF 03 [] IGAM Hora: **11:00** Dia: **30** Mês: **agosto** Ano: **2016**

3. Motivação: [] Denúncia [] Ministério Público [] Poder Judiciário [] Operações Especiais do CGFAI [] SUPRAM [] COPAM/CRH Rotina

4. Finalidade
 FEAM: [] Condicionantes [] Licenciamento [] AAF [] Emergência Ambiental [] Acompanhamento de projeto Outros
 IEF: [] Fauna [] Pesca [] DAIA [] Reserva Legal [] DCC [] APP [] Danos em áreas protegidas [] Outros
 IGAM: [] Outorga [] Outros

5. Identificação
 01. Atividade: **Incineracao de residuos** 02. Código: **F-05-13-4** 03. Classe: **3** 04. Porte: **P**
 05. Processo nº: **14563/2007/004/2014** 06. Órgão: **SUPRAM NM** 07. [] Não possui processo
 08. [] Nome do Fiscalizado: **Serquip Tratamento de Residuos MG LTDA** 09. [] CPF 10. [] CNPJ: **05.266.324/0003-51**
 11. RG: - 12. CNH-UF: - 13. [] RGP [] Tit. Eleitoral: -
 14. Placa do veículo - UF: - 15. RENAVAM: - 16. Nº e tipo do documento ambiental: -
 17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica): - 18. Inscrição Estadual - UF: -
 19. Endereço do Fiscalizado - Correspondência: Rua, Avenida, Rodovia: **Avenida Lincoln Alves dos Santos** 20. Nº. / KM: **740** 21. Complemento: -
 22. Bairro/Logradouro: **Distrito Industrial** 22. Município: **Montes Claros** 24. UF: **MG**
 25. CEP: **319.410/4-01015** 26. Cx Postal: - 27. Fone: () | | | - | | | 28. E-mail: -

6. Local da Fiscalização
 01. Endereço: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc.: **Rodovia Papa João Paulo II**
 02. Nº. / KM: **4143** 03. Complemento: **Prédio Minas** 04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade: **Serra Verde**
 05. Município: **Belo Horizonte** 06. CEP: **31.630-910** 07. Fone: **(31) 319115-1191319**
 08. Referência do local: -

Geográficas	DATUM			Latitude			Longitude									
	[] SAD 69	[] Córrego Alegre		Grau	Minuto	Segundo	Grau	Minuto	Segundo							
Planas UTM	FUSO 22	23	24	X=						Y=						(7 dígitos)

10. Croqui de acesso



07 01. Assinatura do Agente Fiscalizador: **Luiza Silva Brito** 02. Assinatura do Fiscalizado

A partir da análise das Declarações da Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), encaminhadas à Feam pelos empreendimentos com regularizações ambientais que exerciam atividades de destinação de RSS no ano de 2014, em cumprimento às exigências estabelecidas pela Deliberação Normativa nº 171 de 22 de dezembro de 2011, foram constatados dados incompletos e incorreções na Declaração da Gestão de RSS do empreendimento Serquip Tratamento de Resíduos MG LTDA, localizada em Montes Claros. O referido empreendimento possui regularização ambiental para a atividade "E-05.34- Incineração de Resíduos".

Após recebimento da Declaração da Serquip de Montes Claros pela Gerência de Resíduos Especiais, nos dias 25 e 26 de março de 2015, foi encaminhado um e-mail na data de 26/03/2015 solicitando correções e esclarecimentos de algumas questões que geraram dúvidas na declaração, conforme detalhado no anexo do Relatório Técnico RT GESPE 06/2016.

Em 30 de março de 2015, a responsável pelo preenchimento das declarações da Serquip, Luciana Gramiscelli, encaminhou a declaração ratificada da unidade de Montes Claros. Após análise das ratificações, em 14 de maio de 2015 foi encaminhado um novo e-mail solicitando diversos esclarecimentos sobre as declarações das unidades da Serquip em Montes Claros, Ponta Lavra e Ubá, conforme detalhado no Relatório Técnico RTGESPE nº 06/2016. Apesar de terem respondido ao e-mail no dia posterior, algumas informações ainda ficaram incompletas. Na mesma data, 15 de maio, houve resposta aos demais questionamentos e envio do formulário com alterações, possibilitando o envio do protocolo pela Feam para confirmação de recebimento da Declaração.

Entretanto, no âmbito da elaboração dos pareceres sobre destinação de RSS em Minas Gerais pela Gerência de Resíduos Especiais, foram encaminhados, em dezembro de 2015, ofícios aos municípios com regularização ambiental para as atividades de "tratamento e/ou disposição final de resíduos de serviços de saúde (Grupo A - infectantes ou biológicos), exceto incineração" e de "tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos", solicitando informações sobre a destinação final de RSS em empreendimento municipal, bem como informações sobre a terceirização da destinação dos RSS e envio das cópias dos contratos firmados com as empresas responsáveis pelo tratamento e disposição final desses resíduos.

For realizada um cruzamento das respostas e dados constantes nos contratos enviados pelos municípios com os dados declarados pelas empresas, a partir do qual foram identificadas diversas municipais não declaradas pela Serquip. Assim, foram encaminhados novos e-mails, constantes no Relatório Técnico RT GESPE nº 06/2016, a partir da data de 20 de janeiro de 2016, solicitando esclarecimentos de cada município idem.

8. Relatório Sucinto

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível)	Luiza Silva Petim	MASP	1365244-1	Assinatura	Luiza Silva Petim
Órgão [] SEMAD	<input checked="" type="checkbox"/> FEAM	[] IEF	[] IGAM		
02. Servidor (Nome legível)		MASP		Assinatura	
Órgão [] SEMAD	[] FEAM	[] IEF	[] IGAM		
03. Servidor (Nome legível)		MASP		Assinatura	
Órgão [] SEMAD	[] FEAM	[] IEF	[] IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização					
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível)	Função / Vínculo com o Empreendimento				
Assinatura					



tificado. Em 12/02 a empresa encaminhou a declaração da unidade de Montes Claros com acréscimo de um município e em 14/02 encaminhou novo e-mail um formulando acréscimo de outro município, porém a retificação não estava amarela.

No entanto, foi verificado que vários municípios identificados ainda não haviam sido declarados, motivo pelo qual foi encaminhado outro e-mail para a Feam em 18/02. Ainda assim, os responsáveis pelo preenchimento da declaração solicitaram agendamento de uma reunião com a Gerência de Resíduos Especiais para tratar de tais problemas. Na referida reunião, ocorrida em 23 de fevereiro de 2016, foi acordado que a empresa faria as devidas correções e acréscimo de todos os municípios faltantes. A empresa formalizou solicitação de prazo por e-mail e via ofício, sendo definida pela Gerência de Resíduos Especiais a data de 31/03/2016 como limite para envio das declarações retificadas à Feam, conforme combinado em reunião e formalizado por e-mail em 29 de fevereiro de 2016. Em 23/03/2016, a Declaração da Gestão de RSS da unidade de Montes Claros retificada foi encaminhada pela empresa à Gerência de Resíduos Especiais (GESPE) da Feam.

Ci paratm da consolidação dos dados para elaboração do panorama sobre destinação final de RSS em Minas Gerais, foi observado que diversos municípios declarados pela empresa em 2013 não constaram na declaração de base 2014. Após mais um questionamento por e-mail realizado pela GESPE em 27/04/2016, a empresa reemitiu a declaração da unidade de Montes Claros com acréscimo de 6 municípios de origem dos RSS.

Cipisar disso, após novas análises, foram observadas outras divergências quanto aos grupos de RSS assimilados e quantitativos de RSS dos municípios descritos na declaração, além de alguns quantitativos bastante elevados, não condizentes com a população dos municípios.

Dessa forma, a GESPE concluiu que a empresa descumpriu determinação de servidor credenciado, uma vez que após a constatação de várias inconsistências e dados incompletos nas referidas declarações desde 2015, foram realizadas esclarecimentos e correções diversas vezes - por e-mails (apresentados no Relatório Técnico RT GESPE nº 06/2016) e em reunião presencial - que não foram cumpridas. Vale destacar que grande parte das correções ocorreram apenas após identificação dos problemas e correções necessárias nas declarações da Gestão dos RSS pela Gerência de Resíduos Especiais, que comunicou detalhadamente a empresa grande parte dos dados a serem complementados, conferidos ou corrigidos, facilitando a retificação dos formulários.

8. Relatório Sucinto

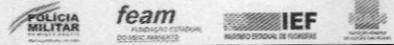
9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível)	Quina Silva Petim	MA SP	1365 244-1	Assinatura	Quina Silva Petim
Órgão [] SEMAD	<input checked="" type="checkbox"/> FEAM	[] IEF	[] IGAM		
02. Servidor (Nome legível)		MA SP		Assinatura	
Órgão [] SEMAD	[] FEAM	[] IEF	[] IGAM		
03. Servidor (Nome legível)		MA SP		Assinatura	
Órgão [] SEMAD	[] FEAM	[] IEF	[] IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização					
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível)	Função / Vínculo com o Empreendimento				
Assinatura					





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 96155 / 2016
Lavrado em Substituição ao AI nº:
Vinculado ao: Auto de Fiscalização nº 67651 de 30/08/2016
 Boletim de Ocorrência nº: de / /

3. Órgão Responsável pela lavratura:
 FEAM IGAM IEF SGRAI SUCFIS PMMG
Local: Belo Horizonte
Dia: 31 / agosto / 2016 Hora: 11 : 00



4. Autuado
Nome do Autuado/ Empreendimento: Perquip Tratamento de Resíduos MG LTDA
Data Nascimento: - Nome da Mãe: -
 CPF: CNPJ: 05.266.324/0003-51 Outros: -
Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência) Avenida Lincoln Alves dos Santos Nº. km: 740 Complemento: -
Bairro/Logradouro: Distrito Industrial Município: Montes Claros UF: MG
CEP: 39404-005 Cx Postal: - Fone: () - E-mail: -

5. Outros Envolvidos/ Responsáveis
Nome do 1º envolvido: - CPF: CNPJ: - Vínculo com o AI Nº: -
Nome do 2º envolvido: - CPF: CNPJ: - Vínculo com o AI Nº: -

6. Descrição Infração
A Perquip descumpriu determinações de servidor ordenado, por não realizar as cobranças na Declaração da Gestão de RSS referente a unidade de Montes Claros solicitadas pela Guinca de Resíduos Especiais da Feam, conforme detalhado no Relatório Técnico RT GESPE nº 06/2016.

7. Coordenadas da Infração
Geográficas: DATUM: WGS SIRGAS 2000 Latitude: Grau Min Seg Longitude: Grau Min Seg
Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)

8. Embasamento legal
Artigo: 83 Anexo: I Código: 102 Inciso: - Alínea: - Decreto/ano: 4484/08 Lei / ano: 772/80 Resolução: - DN: - Port. Nº: - Órgão: -

9. Atenuantes / Agravantes	Atenuantes					Agravantes				
	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

10. Reincidência Genérica Específica Não foi possível verificar Não se aplica

11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Porte	Penalidade	Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
	1	P	<input checked="" type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	R\$ 417,03	-	R\$ 417,03
ERP:		Kg de pescado: -	Valor ERP por Kg: R\$ -	Total: R\$ -		
Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$: ()						
Valor total das multas: R\$ 417,03 (quatrocentos e dezesseis reais e três centavos)						
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de 20 dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ 417,03 (quatrocentos e dezesseis reais e três centavos)						

12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações
Determina-se que a Perquip envie à Feam a Declaração da Gestão de RSS completa e corrigida, em meio digital, no prazo de 20 dias corridos a contar da data de recebimento deste auto. A Declaração deve ser enviada ao e-mail feam.gesperss@meioambiente.mg.gov.br. O descumprimento dessa determinação implicará na conversão da advertência em multa simples.

13. Depositário
Nome Completo: - CPF: CNPJ: RG: -
Endereço: Rua, Avenida, etc. - Nº / km: - Bairro / Logradouro: - Município: -
UF: - CEP: - Fone: - Assinatura: -

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA NAI/Feam, NO SEGUINTE ENDEREÇO: Cidade Administrativa Presidente Juscelino Kubitschek - Rodovia Papa João Paulo II, 41143, Serra Verde, Prédio Minas, Pádua - CEP 31630-900, Belo Horizonte / MG

14. Assinaturas
01. Servidor: (Nome Legível) MASP: Assinatura do servidor:
Luiza Dulca Betim 1.365.244-1 Luiza Dulca Betim
02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível) Função/Vínculo com Autuado: Assinatura do Autuado/Representante Legal



Belo Horizonte, 07 de outubro de 2016.

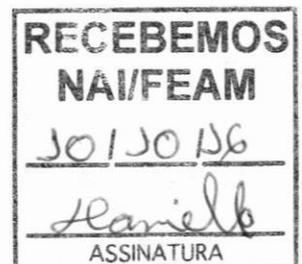
À
Fundação Estadual do Meio Ambiente
Núcleo de Auto de Infração - FEAM

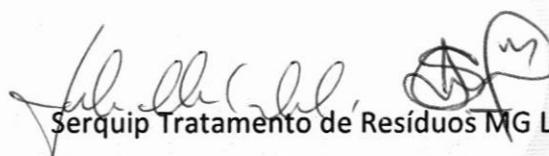
Referente: Auto de Infração Ambiental Nº 96155/2016

Serquip Tratamento de Resíduos MG Ltda, CNPJ: 05.266.324/0003-51, localizada em Montes Claros MG, à Avenida Lincoln Alves dos Santos, nº 740 – Distrito Industrial vem através deste ofício, formalizar a entrega dos seguintes documentos:

- Defesa Administrativa
- Cópia do Contrato Social
- Cópia do Cartão CNPJ
- Cópia da Procuração
- Cópia de documentos pessoais do respectivo administrador social ou procurador
- Auto de infração ambiental
- Comprovação ao atendimento das determinações lançadas no AI

Atenciosamente,



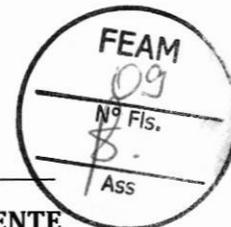

Serquip Tratamento de Resíduos MG Ltda

SIGED



00193787 1501 2016

Anote abaixo o número do SIPRO



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
- FEAM**

**AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº. 96155/2016
NÚCLEO DE AUTO DE INFRAÇÃO - FEAM**

SERQUIP - TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.266.324/0003-51 - Unidade de Montes Claros, sediada na Avenida Lincoln Alves dos Santos, n. 740, Montes Claros/MG, CEP 39404-005, representada, neste ato, por seu representante legal, nos termos dos respectivos atos constitutivos (doc.1 - anexo), vem apresentar

DEFESA ADMINISTRATIVA

em face da lavratura do auto de infração ambiental em epígrafe, com fundamento no artigo 16-C da Lei Estadual nº. 7.772, de 08 de setembro de 1980, nos artigos 33 e 34 do Decreto Estadual nº. 44.844, de 25 de junho de 2008, pelas razões de fato e fundamentos jurídicos articulados, a seguir.

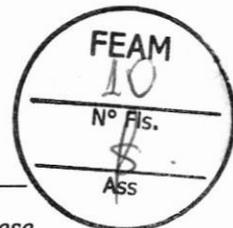
I - DA TEMPESTIVIDADE

A Autuada recebeu na data de 19/09/2016 (segunda-feira), decorrente de lavratura efetivada por técnico da FEAM/SEMAD, a autuação consubstanciada no auto de infração ambiental nº. 96155/2016 (doc. 2 - anexo), que registrou expressamente o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do respectivo recebimento, para a apresentação de defesa administrativa em endereço especificamente indicado ou efetivação de protocolo para "NAI FEAM".

O comando normativo que disciplina o competente prazo para a apresentação de defesa contra a lavratura de auto de infração que impõe sanção administrativa ambiental está insculpido no artigo 33 do Decreto Estadual nº 44.844/2008, como segue, *in verbis*:

"Art. 33. O autuado poderá apresentar defesa dirigida ao órgão ou entidade responsável pela autuação, no prazo de vinte dias contados da notificação do auto de infração, lhe sendo facultada a juntada de todos os documentos que julgar convenientes à defesa, independente de depósito prévio ou caução."

Nesses termos, devidamente ajustado ao que define a norma jurídica, o prazo começou a fluir em 20/09/2016 (terça-feira), primeiro dia útil seguinte ao recebimento da autuação, e findará, conforme sabida regra de contagem processual, em 09/10/2016 (domingo), (*estendendo-se, portanto, ao primeiro dia subsequente em que*



houver funcionamento regular das repartições do órgão ambiental competente), na hipótese concreta, 10/10/2016 (segunda-feira), nos termos do artigo 59, §1º, da Lei Estadual nº. 14184/2002.

Demonstrada, assim, a tempestividade da presente defesa administrativa.

II - DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O auto de infração ambiental nº 96155/2016 teve por descrição uma conduta em tese, tipificada no Decreto Estadual nº 44.844/2008, como segue:

6. Descrição Infração	C. por não cumprir determinação de servidor credenciado, por não realizar as ações na Declaração da Gestão de RSS referente a Unidade de Montes Claros indicadas pela Guinêia de Resíduos Sólidos da Feam, conforme detalhado no Relatório Técnico RT GESPE nº 06/2016.
--------------------------	---

Campo 6 – Descrição da Infração- Auto de Infração Ambiental nº 96155/2016

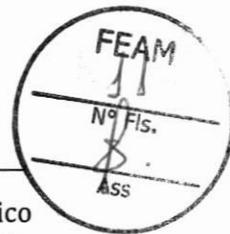
A indicada conduta infracional foi capitulada no artigo 83, anexo I, código 102 do já mencionado diploma regulamentador ambiental de Minas Gerais, nos seguintes termos:

Código	102
Especificação das Infrações	Advertência, sob pena de conversão em multa simples. Deixar de atender ou descumprir determinação de servidor credenciado, que não seja objeto de infração específica -
Pena	Advertência, sob pena de conversão em multa simples.
Classificação	Leve

Na hipótese, foi aplicada penalidade de advertência, com a determinação de adoção de providência, e em caso de descumprimento a possibilidade de conversão em multa simples, no valor de R\$ 417,03 (quatrocentos e dezessete reais e três centavos).

Infração	Porte	Penalidade	Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo	<input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
A	P	<input checked="" type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	R\$ 417,03			R\$ 417,03
ERP:		Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$	
Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$						
Valor total das multas: R\$ 417,03 (quatrocentos e dezessete reais e três centavos)						
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de 30 dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ 417,03 (quatrocentos e dezessete reais e três centavos)						

Campo 11 – Penalidades Aplicadas – Advertência e Multa-Auto de Infração Ambiental nº 96155/2016



Conforme registro complementar em campo de preenchimento específico de nº. 12 – “Demais penalidades/Recomendações/Observações”, do auto de infração ambiental em tela, como segue, foi recomendado que o infrator enviasse à FEAM o documento faltoso, devidamente corrigido, no prazo de 20 dias. Senão vejamos:

12. Demais penalidades/Recomendações/Observações	Determina-se que a perplex enviou à Feam a Declaração da Gestão de RSS completa e corrigida, em meio digital, no prazo de 20 dias contados a partir da data de notificação deste auto. A Declaração deve ser enviada ao e-mail feam.gespe@meioambiente.mg.gov.br. O descumprimento dessa determinação implicará na concessão da advertência, em multa simples.
--	--

Campo 12- Demais penalidades/Recomendações/Observações- Auto de Infração Ambiental nº 96155/2016

III - INOCORRÊNCIA DE DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO DO SERVIDOR DO SISEMA: ATENDIMENTO PLENO DE INFORMAÇÕES

A Autuada recebeu, através do OF.GESPE.FEAM.SISEMA nº 60/16, de 02/09/16, a comunicação do encaminhamento do Auto de Fiscalização e de Infração com aplicação de penalidade de advertência, referente ao “descumprimento de determinação de servidores da Gerência de Resíduos Especiais da FEAM – Declaração da Gestão de Serviços de Saúde ao ano base 2014”.

No ofício comunicavam que a Autuada descumpriu determinação de servidor credenciado, por não ter realizado a completa correção da Declaração da Gestão de RSS do ano-base 2014 referente à unidade da empresa em Ubá mesmo após diversas solicitações de esclarecimentos e correções pela Gerência de Resíduos Especiais da FEAM, conforme detalhado no Relatório Técnico RT GESPE 06 2016. Ressaltavam que a referida Gerência comunicou detalhadamente grande parte dos dados a serem complementados ou corridos.

Importante destacar que, da análise procedida pela FEAM, através da Gerência de Resíduos Especiais, seguiram-se várias trocas de correspondências e informações, via e-mail, e através de reunião presencial na sede da Fundação, quando foram discutidos sobre os documentos solicitados, oportunidade em que a Autuada demonstrou que vinha cumprindo, portanto, as exigências, e os possíveis equívocos na ausência de algum dado foram justificados e corrigidos.

Todas as informações relacionadas sobre quantitativo total de Resíduos de Serviço de Saúde e os grupos assinalados de todos os municípios da Declaração.

IV - DA VIOLAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA EXPECTATIVA LEGÍTIMA DO ADMINISTRADO

Da análise inicial dos procedimentos administrativos para a cumprimento às determinações da GESPE/FEAM

Demonstra-se, portanto, por todo o exposto, a adoção de todos os procedimentos administrativos e as respectivas ações administrativas promovidas pela Autuada, visando à correção dos Relatórios solicitados e complementação de dados faltosos.



Cumprе ressaltar, no entanto e no exato contexto da atuação procedida, a completa ausência de interesse manifesto da Autuada na transgressão de normas e regulamentos, descumprimento de exigências ou violação do procedimento administrativo de apresentação dos dados solicitados pela FEAM. Pelo contrário, conforme amplamente demonstrado, mantém o absoluto cuidado e zelo com a regularidade dos empreendimentos que desenvolve, os quais estiveram, até o momento, em linha com as disposições da legislação vigente ambiental.

Aliás, a exigência de que a Administração Pública tenha sua atuação de modo a sempre mostrar-se coerente com os atos praticados no passado tem ganhado cada vez mais espaço, tanto é assim que é pacífica a aplicação, nos dias atuais, do princípio da confiança legítima, que garante ao administrado o direito de receber da Administração Pública uma resposta sempre alinhada com a expectativa que ela, ainda que subjetivamente, criou.

A tradução desse raciocínio, para o caso em análise, é que uma vez atendida às exigências específicas formuladas pela FEAM, a SERQUIP passou a legitimamente esperar "a certificação ao atendimento das exigências" do órgão, até porque nada mais devia. Logo, a lavratura de Auto de Infração foi incoerente e surpreendeu indevidamente o empreendedor.

Assim, considerando a sucessão dos fatos e movimentações jurídico-administrativas, bem como o prévio conhecimento pelo órgão ambiental competente, dos procedimentos inicialmente acatados, não pode uma simples necessidade de correção de dados-- resultar na indistinta aplicação das penalidades ora combatidas, ilegalidade que desde já deve ser reconhecida, sob pena de malferimento de princípios elementares do Direito.

ABSURDA
AFIRMAÇÃO,
CONFORME SE
DEMONSTRA
NO RELATÓRIO
TÉCNICO EM
ANEXO

Na hipótese, válido o reconhecimento e a aplicação dos Princípios da Segurança Jurídica e da Confiança atinente aos atos administrativos. Na definição de interessante trabalho acadêmico-doutrinário, define-se a percepção de Confiança, no contexto em exame:

"O princípio da confiança legítima decorre diretamente da idéia de Estado de Direito e possui fundamental papel hermenêutico. Traz em si a necessidade de manutenção de atos administrativos, ainda que antijurídicos, desde que verificada a expectativa legítima, por parte do administrado, de estabilização dos efeitos decorrentes da conduta administrativa. Pode, ainda, ser concretizado pela via reparatória, de caráter pecuniário, após a invalidação dos atos administrativos que se perpetraram no tempo. Embora não se encontre positivado expressamente, pode ser deduzido dos princípios fundamentais do ordenamento jurídico pátrio. A prevalência do princípio da confiança, em casos pontuais, mesmo quando ponderado em relação ao princípio da legalidade, não significa o fim do Estado vinculado à lei¹.

¹ Ludiana Carla Braga Façanha e Márcio Augusto de Vasconcelos Diniz. A Administração Pública e o Princípio da Confiança Legítima. Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32601-39843-1-PB.pdf>>. Acesso realizado em 28/06/2015.



A Autuada, no caso concreto, logrou legítima expectativa na condução determinada pela Administração Pública, pois buscou ao tempo e nos termos processados pelo próprio órgão ambiental.

Para tanto, cabe à própria Administração Pública conferir segurança jurídica à Autuada, ainda que em detrimento de correção pontual de dados, tendo em vista, *in casu*, o funcionamento em total consonância com as normais ambientais aplicáveis ao caso. Nesse exato sentido, o entendimento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, conforme julgamento em sede de apelação cível, como segue:

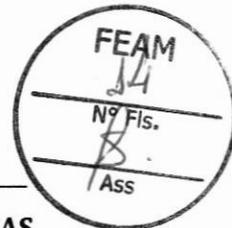
EMENTA: ADMINISTRATIVO - REDUÇÃO DO VALOR DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA - PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - NULIDADE - INOCORRÊNCIA - REGULAR ATENDIMENTO ÀS GARANTIAS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DA AMPLA DEFESA - INCORPORAÇÃO DAS VANTAGENS DE 'AJUDA DE CUSTO' E 'FUNÇÃO GRATIFICADA' AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR - VERBAS 'PROPTER LABOREM' - PREVISÃO LEGAL DE INCLUSÃO DOS VALORES NO CÁLCULO DE APOSENTORIA - AUSÊNCIA - DESCONTO DE QUANTIA PERCEBIA DE BOA-FÉ PELO APOSENTADO - IMPOSSIBILIDADE - PEDIDO JULGADO PROCEDENTE - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1 - Evidenciado que o processo administrativo instaurado em face do servidor inativo, para fins de revisão do valor dos proventos inicialmente concedidos pela municipalidade, resguardou ao interessado o devido processo legal, eis que ciente do trâmite administrativo, no qual apresentou defesa e participou da produção probatória, exsurge manifestada a legalidade do procedimento. 2 - Tratando-se de verbas 'propter laborem', a incorporação das vantagens nominadas ajuda de percurso e função gratificada, depende de autorização na legislação municipal. 3 - Ausente previsão legal que permita a incorporação das benesses nos proventos do servidor inativo, resulta adequada a conclusão administrativa que, após o devido procedimento legal, suprime tais vantagens do cálculo dos proventos do particular. **4 - Configurada a boa-fé do beneficiário, mormente pelo fato de ter a Administração Pública contribuído exclusivamente para o pagamento de verbas a maior, não pode o aposentado ser compelido a restituir os valores que lhe foram pagos de forma equivocada, por aplicação do princípio da segurança jurídica e para preservar a estabilidade das relações jurídicas.** Precedentes. (TJMG. Apelação Cível nº. 1.0248.09.010456-8/001, Relator(a): Des.(a) Sandra Fonseca. 6ª Câmara Cível. Julgamento em 31/03/2015 e publicação da súmula em 13/04/2015). (grifo nosso)

Do atendimento às determinações da GESPE/FEAM

A Autuada, em cumprimento às determinações contidas no combatido auto de infração, efetivou novo envio da planilha de informações à GESPE/FEAM, em 04/10/2016, no endereço eletrônico feam.gesperss@meioambiente.mg.gov.br e luiza.betim@meioambiente.mg.gov.br.

X

5



V - DA APLICAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES EXPRESSAMENTE PREVISTAS NO DECRETO ESTADUAL Nº. 44.844/2008

Não cabe. A advertência não foi convertida em multa.

Pelo princípio da eventualidade e, caso sejam todos os pedidos fundamentados de nulidade e de integral improcedência do auto de infração ambiental nº 96155/2016 denegados pela autoridade julgadora competente, requer-se a redução da penalidade eventualmente convertida em multa, por meio da justa aplicação das circunstâncias atenuantes inscritas no artigo 68, inciso I, cumulativamente, em especial, na alínea:

e) "a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento".

É de se registrar ainda a intenção expressa da Autuada na solução dos problemas indicados pela fiscalização, o que fez prontamente quando solicitado pela GESPE FEAM, o que caracteriza a atenuante fixada na alínea "e".

Por final, deve ser observada a alínea "j", porquanto a Autuada possui Certificação ISO 14001:2004, o que, uma vez mais demonstra sua conduta singular no trato das questões ambientais (doc. Anexo 8).

j) "tratar-se de infrator que detenha certificação ambiental válida, de adesão voluntária, devidamente aprovada pela instituição certificadora, hipótese em que ocorrerá redução de trinta por cento".

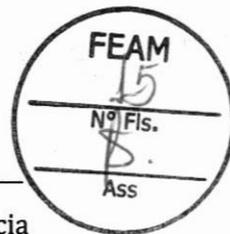
Demonstrado, assim, o amplo espectro de ações de controle e colaborativas da Autuada junto aos órgãos ambientais, segundo brevemente exposto e fundamentado, requer-se a redução do valor da multa no percentual indicado de 50% (cinquenta por cento), por meio da aplicação cumulativa das sobreditas atenuantes legais, reconhecendo-se, desde já, os limites impostos pelo competente artigo 69 do Decreto Estadual nº. 44.844/2008.

VI - DOS PEDIDOS

Mediante regular recebimento, apreciação integral da presente defesa administrativa e observância estrita do Decreto Estadual nº. 44.844/2008, sob pena de nulidade, requer a Autuada:

- a) a nulidade de pleno direito do auto de infração ambiental nº. 96155/2016, afastando-se a penalidade de advertência, arquivando-se, definitivamente, o respectivo processo administrativo;
- b) a improcedência, na totalidade, das imputações infracionais contidas no auto de infração ambiental combatido, excluindo-se a penalidade aplicada e arquivando-se, definitivamente, o respectivo processo administrativo;
- c) a não conversão da penalidade de advertência em multa pecuniária, haja vista o atendimento tempestivo à determinação de reapresentação de informações, efetiva por e-mail, conforme determinação, em 04/10/2016;

X



d) na sequência, apenas caso convertida a penalidade de advertência em multa pecuniária, a aplicação da circunstância atenuante inscrita no artigo 68, inciso I, alíneas "e" e "j", com a necessária correção do valor da multa, por meio de redução percentual.

Para todos os fins legais e processuais, sob pena de nulidade, que as intimações e notificações relativas ao auto de infração ambiental nº. 96155/2016 e processo administrativo correspondente sejam remetidas, via postal, em nome da Autuada, para Unidade de Montes Claros, sediada na Avenida Lincoln Alves dos Santos, n. 740, Montes Claros/MG, CEP 39404-005.

Protesta provar os fatos alegados por todos os meios legalmente admissíveis e requer, desde já, a juntada dos documentos apensados nesta defesa administrativa.

Protesta, ainda, neste ato, pela juntada de outros documentos até que o processo administrativo seja remetido à autoridade julgadora, nos termos do artigo 34, §4º, do Decreto Estadual nº. 44.844/2008.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 07 de outubro de 2016.

SERQUIP TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA.



ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
Gerência De Resíduos Especiais

Memorando.FEAM/GESPE.nº 37/2018

Belo Horizonte, 27 de abril de 2018.

Para: Gláucia Dell Areti Ribeiro

Coordenadora do Núcleo de Auto de Infração

Assunto: Resposta sobre a defesa administrativa apresentada pela SERQUIP TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA – Montes Claros – Aplicação de advertência por meio do Auto de infração nº 96155/2016 (PA nº 452938/2016)

Referência: [Processo SEI nº 2090.01.0000507/2018-71].

Prezada Coordenadora,

Em resposta ao despacho realizado pelo Núcleo de Auto de Infração em 29/12/2017 solicitando a análise da área técnica da defesa administrativa apresentada pela empresa SERQUIP TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA – Montes Claros (CNPJ: 05.266.324/0003-51), apresento esclarecimentos. A defesa foi apresentada pela empresa em resposta ao Auto de infração nº 96155/2016, por meio do qual foi aplicada advertência ao empreendimento, visando o envio pela SERQUIP da Declaração da Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde referente ao ano-base 2014 com a devida retificação.

A obrigatoriedade do envio à Feam da Declaração da Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde pelos empreendimentos de destinação de resíduos de serviços de saúde (RSS) é estabelecida no Art. 16 da Deliberação Normativa COPAM nº 171, de 22 de dezembro de 2011. Embora a empresa tenha encaminhado a declaração referente ao ano-base 2014 em 2015, no prazo definido na Deliberação Normativa (até 31 de março), foi necessária uma série de solicitações de correção e esclarecimentos à declaração enviada. Tal conferência das declarações enviadas pelas empresas e prefeituras, seguida da solicitação de complementação e correção, é parte da rotina da Gerência de Resíduos Especiais (GESPE), visando obter dados completos e fidedignos que permitam a elaboração dos panoramas da destinação de RSS. Entretanto, **no caso do empreendimento em questão, após diversas solicitações de correção, realização de reunião presencial e apontamento em detalhes por esta gerência de incoerências e importantes dados faltantes na Declaração, permaneceram problemas na Declaração da Gestão de RSS enviada pela empresa.** Tal histórico de acompanhamento e extenso cruzamento de dados por esta gerência, bem como as trocas de e-mails visando à orientação da empresa e cobrança quanto ao envio dos dados corretos, estão amplamente descritos e documentados no Relatório Técnico GESPE nº 06/2016 (Protocolo nº 1064302/2016), de 09 de setembro de 2016, o qual não constava na pasta do processo de auto de infração nº 452938/2016 e que encaminhamos em anexo.

A conclusão do referido relatório descreve em resumo a motivação da aplicação da advertência, tipificado sob código 102 do Anexo I do Decreto nº 44844/2008:

“Dessa forma, a Gerência de Resíduos Especiais da Feam verificou que a empresa Serquip descumpriu determinação de servidor credenciado, uma vez que, após a constatação de diversas

inconsistências e dados incompletos nas referidas declarações desde 2015, foram realizadas solicitações de esclarecimentos e correções diversas vezes, tanto por e-mail quanto presencialmente, que não foram cumpridas em totalidade. Em razão das constatações, foi lavrado o Auto de Fiscalização nº 68651/2016 e o Auto de Infração nº 96155/2016 em 30 e 31 de agosto de 2016, em desfavor do empreendimento Serquip Tratamento de Resíduos.

Vale destacar que grande parte das correções ocorreram apenas após identificação dos problemas e correções necessárias nas referidas Declarações da Gestão dos Resíduos de Serviços de Saúde pela Gerência de Resíduos Especiais, que comunicou detalhadamente à empresa grande parte dos dados a serem complementados, conferidos ou corrigidos, facilitando a retificação dos formulários.” (grifo nosso)

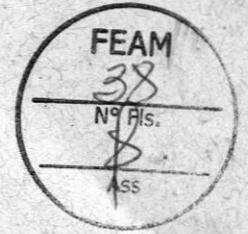
Conforme já informado ao NAI no MEMO.GESPE/DGER. FEAM. SISEMA/Nº 058/2016, na advertência determinou-se que a Serquip Tratamento de Resíduos MG LTDA enviasse à Feam a Declaração da Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde referente ao ano-base 2014 completa e corrigida, com todos os municípios de origem dos resíduos e respectivos quantitativos, em meio digital, no prazo de 20 dias corridos a contar da data de recebimento do OF.GESPE.FEAM.SISEMA nº 60/16, com os autos de infração e fiscalização.

Cabe frisar que, após o encaminhamento do AI, a empresa cumpriu a determinação definida na advertência, enviando tempestivamente a declaração completa e corrigida à Gerência de Resíduos Especiais, conforme também informado no MEMO.GESPE/DGER. FEAM. SISEMA/Nº 058/2016, que compõe a pasta do processo de auto de infração nº 452938/2016. O e-mail da empresa encaminhando a declaração final, enviado em 04/10/2016, bem como resposta da Gerência de Resíduos Especiais confirmando o recebimento, consta em anexo. Dessa forma, a advertência não deve ser convertida em multa simples. Apesar da resposta da GESPE à empresa no dia 05/10/2016, a SERQUIP encaminhou defesa administrativa, datada de 07/10/2016 e recebida no NAI/Feam em 10/10/2016.

Estritamente em relação à defesa apresentada, embora se trate de conteúdo de teor predominantemente jurídico, verifica-se que há equívoco do autuado ao se falar em ilegalidade a ser reconhecida por parte do órgão ambiental (página 04). Conforme apresentado, não ocorreu em nenhum momento ilegalidade ou qualquer tipo de abuso na aplicação da advertência. Ao contrário, em confiança à boa fé do empreendedor, a Gerência de Resíduos Especiais, mesmo depois de recorrentes constatações de dados faltantes ou errados, ao invés de simplesmente autuar a empresa por prestação de informação falsa à Feam, realizou extensas e sucessivas conferências às versões da Declaração apresentadas pela empresa, pontuando à Serquip seus erros, e esperando em contrapartida a apresentação de uma declaração correta e fiel à operação da unidade da empresa em Montes Claros. Os cruzamentos de dados e identificação de municípios de origem faltantes na declaração realizados por essa Gerência apenas foram possíveis graças aos dados e contratos obtidos em pesquisa desenvolvida por esta gerência junto às prefeituras. Do contrário, constaria em nosso banco de dados uma declaração incompleta, se traduzindo em erros no panorama da destinação de RSS. Tal fato não ocorreu em especial devido ao próprio trabalho da Gerência de Resíduos Especiais, que não só identificou inconsistências nas declarações, como ainda as apontou aos responsáveis pelo documento.

Não cabe falar ainda em autuação por “simples necessidade de correção de dados”, pois como esclarecido no Relatório Técnico GESPE nº 06/2016, foram diversos os equívocos, por parte do empreendimento, identificados nas declarações ao longo de todo o acompanhamento, inclusive dados quantitativos errados, que não são negligenciáveis. Saliencia-se ainda a importância da Declaração da Gestão de RSS, estabelecida em Deliberação Normativa, por meio da qual são fornecidos dados das quantidades de RSS coletados nos municípios mineiros e destinados nas unidades de tratamento e disposição de RSS regularizadas pelo Estado de Minas Gerais, informações estas não disponíveis em nenhum outro sistema ou banco de dados existente no âmbito da atuação do SISEMA. Cumpre mencionar ainda que, conforme Art. 13 da Deliberação Normativa nº 171/2011, é obrigação das UTRSS e unidades de destinação de RSS “manter disponíveis nos empreendimentos os registros diários discriminando os geradores, os tipos e quantidades de RSS recebidos, armazenados e enviados para

tratamento ou disposição final, dos últimos 5 (cinco) anos de operação, para fins de consulta pelo órgão ambiental, inclusive durante a fiscalização”.



Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,



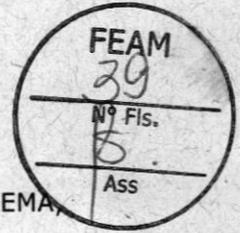
Documento assinado eletronicamente por **Alice Libânia Santana Dias, Gerente**, em 27/04/2018, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Silva Betim, Servidor(a) Público(a)**, em 27/04/2018, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0656936** e o código CRC **6A00EC24**.



De: Luiza Silva Betim/SISEMA
Para: <luciana@serquipmg.com.br>
cc: Cíntia Amélia Soares Matos/SISEMA@SISEMA, Feam Gesperss/SISEMA@SISEMA, Alice Libânia Santana Dias/SISEMA@SISEMA

Data: Quarta-feira, 05 De outubro De 2016 11:48 AM
Assunto: Re: REF: OF.GESPE.FEAM.SISEMA Nº 60/16 de 02/SET/2016 - Unidade SERQUIP MONTES CLAROS

Prezada Luciana,

confirmamos recebimento da Declaração retificada referente à unidade de Montes Claros.

Atenciosamente,

Luiza Silva Betim

Analista ambiental - Engenheira ambiental
 Gerência de Gestão de Resíduos Especiais
 Fundação Estadual do Meio Ambiente - **Feam**

-----Luciana <luciana@serquipmg.com.br> escreveu: -----

Para: <feam.gesperss@meioambiente.mg.gov.br>, <luiza.betim@meioambiente.mg.gov.br>
 De: Luciana <luciana@serquipmg.com.br>
 Data: 04/10/2016 11:54 AM
 cc: Nalva Ribeiro - Operação SL <edinalvaribeiro@serquipmg.com.br>
 Assunto: REF: OF.GESPE.FEAM.SISEMA Nº 60/16 de 02/SET/2016 - Unidade SERQUIP MONTES CLAROS

Bom dia!

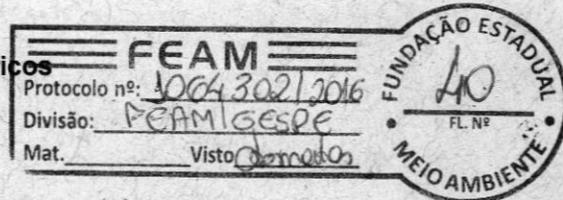
Planilha em anexo, conforme OF.GESPE.FEAM.SISEMA Nº 60/16 de 02/SET/2016.

Att,

Luciana Gramiscelli
 Supervisora da Qualidade
 luciana@serquipmg.com.br
 (31)3303 2929 - (31)98478 2026



[anexo "ANO BASE 2014 CORRIGIDA SETEMBRO 16 MONTES CLAROS.xlsx" removido por Luiza Silva Betim/SISEMA]



Relatório Técnico GESPE nº: 06/2016
Processo Administrativo COPAM nº: 14563/2007/002/2009

RELATÓRIO TÉCNICO

Empreendedor: Serquip Tratamento de Resíduos MG Ltda

CNPJ/CPF: 05.266.324/0003-51

Empreendimento: Serquip - Tratamento de Resíduos MG Ltda

Atividades: Incineração de resíduos

Endereços do Empreendedor: Av. Alves Lincoln Alves dos Santos, nº 740 - Distrito Industrial

Município: Montes Claros – MG

Referência: Solicitações de correções e esclarecimentos das Declarações da Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde da Serquip referente ao ano-base 2014, cujo não-atendimento resultou em advertência da empresa por descumprimento de determinação dos servidores da Gerência de Resíduos Especiais da Feam.

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem o objetivo de apresentar as informações referentes à análise das Declarações da Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde encaminhadas pela Serquip Tratamento de Resíduos à Gerência de Resíduos Especiais da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) no ano de 2014, em cumprimento às exigências estabelecidas pela Deliberação Normativa COPAM nº 171, de 22 de dezembro de 2011. O documento aponta as incoerências apresentadas nas declarações da empresa, bem como as diversas solicitações de correção dos formulários realizadas pela GESPE com objetivo de obter informações completas sobre o tratamento de RSS feito pela Serquip.

A Serquip possui três unidades de tratamento de resíduos, localizadas em Santa Luzia (autoclavagem), Montes Claros (incineração) e Ubá (incineração). Em atendimento à Deliberação Normativa nº 171/2011, a referida empresa apresentou à Feam, nas datas de



20 e 26 de março de 2015, as declarações referentes ao tratamento dos resíduos de serviços de saúde recebidos em suas unidades de tratamento no ano civil anterior.

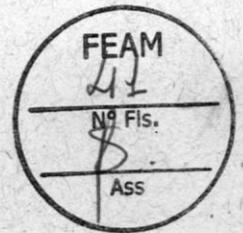
A Declaração da Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde deve ser apresentada à Feam anualmente, até o dia 31 de março, por empreendimentos públicos e privados regularizados ambientalmente e que prestem atividades de tratamento ou disposição final de resíduos de serviços de saúde (RSS), contendo informações sobre a destinação final dos RSS referentes ao ano civil imediatamente anterior, de acordo com o estabelecido no Art. 16 da Deliberação Normativa nº 171/2011. O modelo para preenchimento da declaração é disponibilizado no *website* da Feam, onde são solicitadas, além de informações sobre a regularização ambiental e capacidade instalada do empreendimento, dados quantitativos dos RSS recebidos de cada município na unidade de tratamento, bem como informações sobre as formas de armazenamento e tratamento dos RSS e sobre o tratamento ou disposição final dos resíduos e efluentes gerados no processo.

As declarações permitem a obtenção de dados diversos sobre a destinação final dos RSS gerados no estado, viabilizando a elaboração de um panorama sobre a gestão e gerenciamento dos RSS em Minas Gerais. A partir da análise das declarações recebidas, para subsidiar a elaboração do panorama referente ao ano de 2014, foi constatado diversas irregularidades nas declarações apresentadas pela empresa Serquip, onde foram solicitados diversos esclarecimentos e correções, mas que não foram cumpridas em sua totalidade.

2 Regularização ambiental do empreendimento

Conforme informações constantes no Sistema Integrado de Informação Ambiental (SIAM), a unidade da Serquip localizada em Montes Claros possui regularização ambiental para a atividade de *Incineração de resíduos*, sob o código F-05-13-4, conforme estabelecido na Deliberação Normativa nº 74, de 09 de setembro de 2004.

No ano referente à declaração analisada, o empreendimento possuía uma Licença de Operação (LO), sob o processo administrativo nº 14563/2007/002/2009, com validade até



15/09/2014. Após vencimento da referida LO, o empreendedor formalizou o pedido de revalidação da licença 120 dias antes do seu vencimento, sendo a mesma prorrogada até decisão do processo de revalidação pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), conforme estabelecido na Deliberação Normativa nº 193, de 27 de fevereiro de 2014, e declarado pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas (SUPRAM NM) em 22/09/2014, por meio do Ofício nº 880/2014/SUPRAM NM.

Atualmente o empreendimento possui revalidação da LO concedida em 09/06/2015 e válida até 09/06/2019, sob o processo administrativo nº 14563/2007/004/2014.

3 Análise da Declaração da Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde

Após recebimento da Declaração da Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde da unidade da Serquip de Montes Claros pela Gerência de Resíduos Especiais, nos dias 25 e 26 de março de 2015, foi encaminhado um e-mail (ANEXO I) na mesma data solicitando o envio do certificado de licença, devido a dúvidas em relação ao número do processo e datas de emissão e validade informados.

Em 30 de março de 2015, a responsável pelo preenchimento das declarações da empresa, Luciana Gramiscelli, encaminhou a declaração retificada da unidade de Montes Claros, bem como as declarações retificadas das demais unidades da Serquip (ANEXO II).

Após análise das retificações, em 14 de maio de 2015, foi encaminhado um novo e-mail solicitando esclarecimentos sobre os resíduos e efluentes gerados no processo de incineração, bem como a inserção do número de identificação da anotação de responsabilidade técnica (ANEXO III).

Apesar de terem retornado e-mail com informações no dia posterior, as informações referentes aos resíduos e efluentes gerados não foram esclarecidas. Por fim, na mesma data, 15 de maio, houve resposta aos demais esclarecimentos e retificação da declaração (ANEXO III), sendo possível o envio, no dia 03/07/2015, do protocolo de registro no SIAM nº 585058/2015 para confirmação do recebimento da declaração pela Feam.

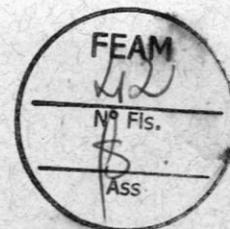


Entretanto, no âmbito da elaboração dos panoramas sobre a destinação de RSS em Minas Gerais e de um projeto de pesquisa em desenvolvimento sobre a gestão e gerenciamento de RSS em Minas Gerais, foram encaminhados, em dezembro de 2015, ofícios aos municípios com regularização ambiental para as atividades de *Tratamento e/ou disposição final de resíduos de serviços de saúde (Grupo A – infectantes ou biológicos)*, exceto incineração, e de *Tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos*, solicitando informações sobre a destinação final dos RSS em empreendimento municipal de destinação final de resíduos sólidos, bem como informações sobre a terceirização da coleta e destinação dos RSS e envio das cópias dos contratos firmados com as empresas responsáveis pelo tratamento e disposição final.

A partir da análise das respostas e dos documentos enviados pelos municípios, foi realizado um cruzamento das informações constantes nos contratos com os dados declarados pelas empresas nas declarações, através do qual foram identificados diversos municípios não declarados pela Serquip e outros com grupos de RSS declarados divergentes dos grupos constantes no objeto de contrato. Assim, foram encaminhados vários e-mails (ANEXO IV), a partir da data de 20 de janeiro de 2016, solicitando esclarecimentos à Serquip e aos municípios sobre as incoerências.

Em relação à divergência dos grupos de RSS declarados, alguns municípios encaminharam a esta Gerência um ofício elaborado pela Serquip relatando que apesar do contrato abranger mais de um grupo de RSS, “não significa, necessariamente, que em determinado período tenha havido a geração e destinação simultânea dos grupos A, B e E, mas apenas que, na hipótese de ocorrência, o tratamento e destinação final estarão abrangidos” (ANEXO V). Além disso, em 12/02/2016, a Serquip encaminhou a esta gerência a retificação da unidade de Montes Claros com acréscimo do município de Dores do Indaiá e em 17/02/2016 encaminharam um novo e-mail informando o acréscimo do município de Lagoa Grande, mas a retificação não estava anexa ao e-mail (ANEXO VI).

No entanto, foi verificado que vários municípios identificados ainda não haviam sido declarados, motivo pelo qual foi encaminhado outro e-mail para a Serquip, na data de 18/02/2016 (ANEXO VII). Sendo assim, os responsáveis pelo preenchimento da declaração solicitaram agendamento de uma reunião com a equipe técnica da Gerência



de Resíduos Especiais para tratar de tais incoerências (ANEXO VIII).

Na referida reunião, ocorrida no dia 23 de fevereiro de 2016, foi acordado que a empresa faria as devidas correções e o acréscimo de todos os municípios faltantes, inclusive daqueles consorciados, já que alguns municípios encaminharam a esta gerência um ofício elaborado pela Serquip relatando que a empresa possui relação jurídica apenas com os consórcios municipais e não com os consorciados, não tendo a obrigatoriedade da identificação da origem primária dos resíduos (ANEXO IX). Além disso, como a Resolução CONAMA nº 358, de 2005, estabelece em seu Art. 14. que *“É obrigatória a segregação dos resíduos na fonte e no momento da geração, de acordo com suas características, para fins de redução do volume dos resíduos a serem tratados e dispostos, garantindo a proteção da saúde e do meio ambiente”*, na referida reunião foi enfatizado à empresa a importância da sensibilização de seus clientes para a segregação dos RSS na fonte, assim como a disponibilização de coletores por grupo de RSS e sua correta identificação, para que os dados apresentados na declaração fiquem coerentes com o que é realmente gerado nos estabelecimentos de saúde de cada município.

No dia 26/02/2016, a empresa formalizou solicitação de prazo por e-mail e via ofício (ANEXO X), sendo definida por esta Gerência a data de 31/03/2016, como limite para envio das declarações retificadas à Feam, conforme combinado em reunião, e formalizado por e-mail respondido por esta gerência em 29 de fevereiro de 2016 (ANEXO XI). Desta forma, em 23 de março de 2016, foram encaminhadas pela empresa as retificações da Declaração da Gestão de RSS da unidade de Ubá, bem como das declarações das demais unidades.

A partir da consolidação dos dados para elaboração do panorama sobre a destinação final de RSS no estado de Minas Gerais, foi observado que diversos municípios declarados pela empresa no ano de 2013 não constavam na declaração do ano base 2014. Assim, após mais um questionamento por e-mail realizado pela GESPE em 27 de julho de 2016 (ANEXO XII), a empresa reenviou as declarações, em 11 de agosto de 2016, com o acréscimo de 6 municípios no formulário referente à unidade de Montes Claros (ANEXO XIII). Em relação aos demais municípios não declarados, foi informado que não há histórico destes no banco de dados da empresa, o que pode ter ocorrido devido ao



cancelamento, suspensão ou inexistência do contrato.

Apesar disso, após novas análises foram observadas outras divergências quanto aos grupos de RSS assinalados e os quantitativos de RSS dos municípios que foram acrescentados, apresentadas no Quadro 1. Além disso, foi verificado que os quantitativos de RSS dos municípios de Dores do Indaiá, Dores de Guanhães e Lagoa Grande se apresentaram bastante elevados, em relação aos demais declarados, valores não condizentes com a população dos municípios. Vale destacar que devem ser prestadas as informações sobre o material particulado, efluentes e lodo, incorporando à Declaração os esclarecimentos dados previamente à Feam, conforme consta no e-mail datado de 15 de maio de 2015.

Quadro 1 – Divergências identificadas na última retificação da Declaração da Gestão de RSS do ano-base 2014

Municípios	Grupos de RSS
Patrocínio	A - grupo assinalado, mas sem quantitativo
Bom Sucesso	E - grupo não assinalado, mas quantitativo foi informado
Espinosa	E - grupo assinalado, mas sem quantitativo
Lagoa Grande	B,E - grupos assinalados, mas sem quantitativo

Outro ponto que foi identificado incoerência refere-se à alteração da declaração do município de Bom Sucesso da unidade de Santa Luzia para a unidade de Montes Claros, contudo o Distrito de Macaia, pertencente ao município de Bom Sucesso, continuou declarado na unidade de Santa Luzia.

4 CONCLUSÃO

Dessa forma, a Gerência de Resíduos Especiais da Feam verificou que a empresa Serquip descumpriu determinação de servidor credenciado, uma vez que, após a



constatação de diversas inconsistências e dados incompletos nas referidas declarações desde 2015, foram realizadas solicitações de esclarecimentos e correções diversas vezes, tanto por e-mail quanto presencialmente, que não foram cumpridas em totalidade. Em razão das constatações, foi lavrado o Auto de Fiscalização nº 68651/2016 e o Auto de Infração nº 96155/2016 em 30 e 31 de agosto de 2016, em desfavor do empreendimento Serquip Tratamento de Resíduos.

Vale destacar que grande parte das correções ocorreram apenas após identificação dos problemas e correções necessárias nas referidas Declarações da Gestão dos Resíduos de Serviços de Saúde pela Gerência de Resíduos Especiais, que comunicou detalhadamente à empresa grande parte dos dados a serem complementados, conferidos ou corrigidos, facilitando a retificação dos formulários.

Belo Horizonte, 09 de setembro de 2016

ANEXO I – Solicitação de esclarecimentos referente à Declaração Anual da Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde do ano-base 2014

ANEXO II – 1ª retificação das declarações encaminhadas pela Serquip

ANEXO III – Solicitação de esclarecimentos referente à 1ª retificação, respostas aos esclarecimentos e envio da 2ª retificação

ANEXO IV – Solicitação de esclarecimentos de municípios e grupos não declarados pela Serquip

ANEXO V – Esclarecimentos de grupos de RSS não declarados

ANEXO VI – 3ª retificação da declaração com acréscimo de alguns municípios identificados



ANEXO VII – Solicitação de novos esclarecimentos sobre os municípios não declarados

ANEXO VIII – Solicitação de reunião pela Serquip

ANEXO IX – Ofício encaminhado pela Serquip aos municípios consorciados

ANEXO X – Solicitação de prazo para envio da retificação pós reunião

ANEXO XI – Resposta da Gerência de Resíduos Especiais e 4ª retificação da declaração
– pós reunião encaminhada pela Serquip

ANEXO XII – Solicitação de esclarecimentos sobre municípios não declarados em relação
à declaração ano-base 2013

ANEXO XIII – 5ª retificação da declaração e esclarecimentos sobre os municípios não
declarados

Cíntia Amélia Soares Matos

Cíntia Amélia Soares Matos

Estagiária – Gerência de Resíduos Especiais

Luiza Silva Betim

Luiza Silva Betim

Analista Ambiental – Gerência de Resíduos Especiais

MASP 1365244-1

Alice Libânia Santana Dias

Alice Libânia Santana Dias

Gerente – Gerência de Resíduos Especiais

MASP 1227462-7



PROCESSO Nº: 452938/2016

ASSUNTO: AI Nº 96155/2016

INTERESSADO: SERQUIP TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA.

PARECER JURÍDICO

O empreendimento foi autuado pela prática da infração tipificada no art. 83, anexo I, código 102, do Decreto nº 44.844/2008, nestes termos:

“A Serquip descumpriu determinação de servidor credenciado, por não realizar as correções na Declaração da Gestão de RSS referente à unidade de Montes Claros solicitadas pela Gerência de Resíduos Especiais da Feam, conforme detalhado no Relatório Técnico RT GESPE nº 06/2016”

Deste modo, foi aplicada penalidade de advertência e determinou-se que a Serquip enviasse à Feam a Declaração da Gestão de RSS completa e corrigida, em meio digital, no prazo de 20 dias corridos, a contar da data de recebimento do auto de infração, sob pena de conversão em multa simples.

Foi apresentada defesa tempestiva, razão pela qual passa-se a análise do mérito; ressalvando-se o disposto no art. 63 do Decreto nº 47.383/2018, que autoriza a autoridade competente, a seu critério, adentrar ao mérito mesmo que não atendidos requisitos formais da defesa.

Em suma, o empreendimento alegou em defesa:

- Inocorrência de descumprimento das determinações do servidor credenciado;
- violação aos princípios da segurança jurídica e da confiança;
- incidência de circunstâncias atenuantes.

Destarte, passamos à análise da peça defensiva, em observância aos princípios do contraditório e ampla defesa.



II – ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, cumpre ressaltar, que o empreendimento autuado não apresentou motivos ou provas capazes de afastar a advertência.

O empreendimento aduz que houve violação aos princípios da segurança jurídica e da confiança, por entender que inexistiu descumprimento de determinação de servidor credenciado, pois adotou *“todôs os procedimentos administrativos e as respectivas ações administrativas promovidas pela autuada, visando à correção dos Relatórios solicitados e complementação de dados faltosos”*. Contudo, tal alegação não merece acolhida.

Ora, como depreende-se dos autos, embora a empresa tenha encaminhado a declaração de Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde do ano-base 2014; pelo cruzamento das informações, verificou-se que os dados estavam completamente equivocados, motivo pelo qual a FEAM, na tentativa de solucionar as inconsistências, solicitou inúmeras correções à empresa. É o que bem detalha o Auto de Fiscalização nº 68655/2016:

“A Gespe concluiu que a empresa descumpriu determinação de servidor credenciado, uma vez que após a constatação de várias inconsistências e dados incompletos nas referidas declarações desde 2015, foram solicitados esclarecimentos e correções diversas vezes – por e-mails (apresentados no Relatório Técnico RT GESPE nº 06/2016) e em reunião presencial -, que não foram cumpridas. Vale destacar que grande parte das correções ocorreram apenas após identificação dos problemas e correções necessárias nas Declarações da Gestão dos RSS pela Gerência de Resíduos Especiais, que comunicou detalhadamente à empresa grande parte dos dados a serem complementados, conferidos ou corrigidos, facilitando a retificação dos formulários”

Assim, verifica-se que a aplicação da advertência foi correta e legal, uma vez que o empreendimento descumpriu determinação de servidor credenciado para apresentar o definitivo esclarecimento/correção da Declaração da Gestão de RSS; frisa-se, diversas vezes solicitadas pela FEAM, em observância aos ditames da Deliberação Normativa COPAM nº 171, de 22 de dezembro de 2011.

O Memorando.FEAM/GESPE nº 37/2018, às fls. 37/38, muito bem detalha o ato infracional e a legalidade da autuação, senão vejamos:

“não ocorreu em nenhum momento ilegalidade ou qualquer tipo de abuso na aplicação da advertência. Ao contrário, em confiança à boa-fé do empreendedor, a Gerência de Resíduos Especiais, mesmo depois de recorrentes constatações de dados faltantes ou errados, ao invés de simplesmente autuar a empresa por prestação de informação falsa à Feam,



realizou extensas e sucessivas conferências às versões da Declaração apresentadas pela empresa, pontuando à Serquip seus erros, e esperando em contrapartida a apresentação de uma declaração correta e fiel à operação da unidade da empresa em Montes Claros. Os cruzamentos de dados e identificação de municípios de origem faltantes na declaração realizados por essa Gerência apenas foram possíveis graças aos dados e contratos obtidos em pesquisa desenvolvida por esta gerência junto às prefeituras. Do contrário, constaria em nosso banco de dados uma declaração incompleta, se traduzindo em erros no panorama da destinação de RSS. Tal fato não ocorreu em especial devido ao próprio trabalho da Gerência de Resíduos Especiais, que não só identificou inconsistências nas declarações, como ainda as apontou aos responsáveis pelo documento.”

Deste modo, verifica-se que a advertência foi pertinente ao caso, haja vista que somente após a sua aplicação, a empresa autuada tomou providências definitivas para sua regularização.

Quanto ao pedido de aplicação de atenuantes, opinamos pela impossibilidade jurídica das mesmas, visto que a penalidade de advertência não deverá ser convertida em multa. Isso porque o empreendimento atendeu a exigência prevista no campo 12 do AI nº 96155/2016. É o que consigna o Memorando da Gerência de Resíduos Especiais:

“Cabe frisar que, após o encaminhamento do AI, a empresa cumpriu a determinação definida na advertência, enviando tempestivamente a declaração completa e corrigida à Gerência de Resíduos Especiais, conforme também informado no MEMO.GESPE/DGER.FEAM.SISEMA/Nº 058/2016, que compõe a pasta do processo de auto de infração nº 452938/2016. O e-mail da empresa encaminhando a declaração final, enviado em 04/10/2016, bem como resposta da Gerência de Resíduos Especiais confirmando o recebimento, consta em anexo. Dessa forma, a advertência não deve ser convertida em multa simples.”

Assim, opinamos pela manutenção da penalidade de advertência, nos moldes do art. 83, anexo I, código 102 e art. 58, ambos do Decreto nº 44.844/2008.

Fica dispensada a análise jurídica da Procuradoria da FEAM, conforme revogação do inciso V, do art. 13, do Decreto nº 45.825/2011 e Parecer Jurídico da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais nº 15.507/2015.



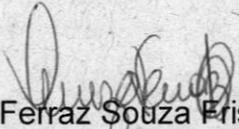
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM
Gabinete
Núcleo de Autos de Infração

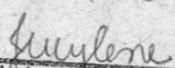
III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, remetemos os autos ao Presidente da FEAM e opinamos que seja mantida a advertência, sem conversão em multa simples, considerando o cumprimento da determinação consignada no AI nº 96155/2016, bem como o teor do art. 83, anexo I, código 102 e do art. 58, ambos do Decreto nº 44.844/2008.

É o parecer.
À consideração superior.

Belo Horizonte, 02 de outubro de 2018.


Luiza Ferraz Souza Frisancho
Analista Jurídico
MASP 1.364.383-8

PROTOCOLO GABINETE DA FEAM
DATA: 03 / 10 / 2018
Número do Protocolo: 16118
 Assinatura



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM
Gabinete
Núcleo de Autos de Infração



PROCESSO Nº 452938/2016

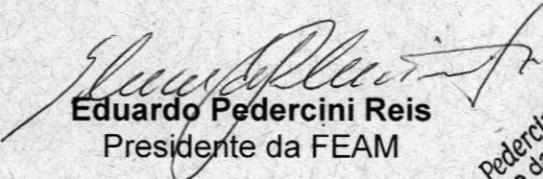
AUTO DE INFRAÇÃO nº 96155/2016

AUTUADOS: SERQUIP TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA.

O Presidente da FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM, nos termos do art. 16-C § 1º da Lei nº 7.772 de 8 de setembro de 1980, e tendo em vista o Parecer Jurídico, decide manter a penalidade de advertência, sem conversão em multa simples, considerando o cumprimento da determinação prevista no AI nº 96155/2016, situação atestada no Memorando.FEAM/GESPE.nº 37/2018; tudo em conformidade com o teor do art. 83, anexo I, código 102 e art. 58, ambos do Decreto nº 44.844/2008.

Notifique-se o autuado da decisão administrativa e do prazo de 30 (trinta) dias para apresentar Recurso quanto à manutenção da penalidade de advertência. Dê ciência ao interessado na forma da lei. Em seguida devem ser observados os trâmites processuais.

Belo Horizonte, 09 de Outubro de 2018

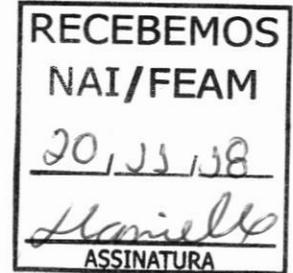

Eduardo Pedercini Reis
Presidente da FEAM

Eduardo Pedercini Reis
Presidente da FEAM
MASP-1464.328-2

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM

PROCESSO ADMINISTRATIVO COPAM Nº. 452938/2016

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº. 96.155/2016



SERQUIP - TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.266.324/0003-51 - Unidade Montes Claros, sediada na Avenida Lincoln Alves dos Santos, n. 740, Montes Claros/MG, CEP 39404-005, representada, neste ato, por seus advogados, devidamente outorgados por meio de instrumento particular de mandato, observados os respectivos atos constitutivos (**doc.1**), vem apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão administrativa proferida por autoridade competente desta Fundação, com fundamento no artigo 16-C, §2º, da Lei Estadual nº 7.772, de 08 de setembro de 1980 e nos artigos 66 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018, pelas razões de fato e fundamentos jurídicos articulados, a seguir.

I - DA TEMPESTIVIDADE E DA COMPETÊNCIA

1. A Recorrente recebeu na data de 19/10/2018 (sexta-feira - JT635717393BR), decorrente de lavratura efetivada por agente fiscalizador lotado na Gerência de Resíduos Especiais - GESPE/FEAM, comunicado de decisão administrativa emitido pelo Núcleo de Autos de Infração - NAI, por meio do Ofício nº 974/2018 NAI/GAB/FEAM/SISEMA (**doc. 2**), em que se registrou expressamente o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do respectivo recebimento, para a apresentação de recurso administrativo.

2. Observados os comandos normativos que disciplinam, na hipótese, o prazo recursal, tem que o termo inicial se deu em 22/10/2018 (segunda-feira), primeiro dia útil subsequente ao recebimento da decisão, e findará, conforme regra de contagem processual, em 20/11/2018 (terça-feira), nos termos do artigo 59 da Lei estadual nº 14.184/2002. Demonstrada, assim, a tempestividade do presente recurso administrativo.

3. Compete ao Presidente da FEAM, nos termos do art. 10, VIII, do Decreto Estadual nº 47.347, de 24 de janeiro de 2018, julgar este recurso administrativo, tendo em vista decisão administrativa proferida pelo Diretor de Gestão de Resíduos.

moisesfreire.com.br

✉ prazos@moisesfreire.com.br
31 3287 1412

Rua Maria Luiza Santiago, nº200, 12º andar
Santa Lucia - Belo Horizonte - MG - BR
CEP 30360-740

SIGED



00789336 1501 2018

J.



II - DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

4. O auto de infração ambiental nº 96.155/2016 teve por descrição conduta tipificada no Decreto estadual nº 44.844/2008, como segue:

6. Descrição Infração	A Jorquip descumpriu determinação de servidor credenciado, por não ter ligado as conexões na Declaração da Gestão de RSS referente à unidade de ponta, cuja solicitação pela Gerência de Resíduos Especiais da Feam, conforme detalhe de meu Relatório Técnico RT GESPE nº 05/2016.
--------------------------	---

Campo 6 – Descrição da Infração- Auto de Infração Ambiental nº 96.155/2016

5. A indicada conduta infracional foi capitulada no artigo 83, anexo I, código 102 do já mencionado diploma regulamentador ambiental de Minas Gerais, ora revogado pelo Decreto estadual nº 47.383/2018, nos seguintes termos:

<i>Código</i>	102
<i>Especificação das Infrações</i>	<i>Advertência, sob pena de conversão em multa simples. Deixar de atender ou descumprir determinação de servidor credenciado, que não seja objeto de infração específica -</i>
<i>Pena</i>	<i>Advertência, sob pena de conversão em multa simples.</i>
<i>Classificação</i>	<i>Leve</i>

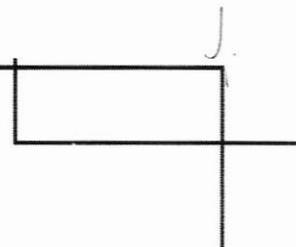
6. Na hipótese, foi aplicada penalidade de advertência, com a determinação de adoção de providência, e em caso de descumprimento, a possibilidade de conversão em multa simples, então no valor de R\$ 417,03 (quatrocentos e dezessete reais e três centavos), conforme registro complementar em campo de preenchimento específico de nº 12 – “Demais penalidades/Recomendações/Observações”, do auto de infração ambiental:

12. Demais penalidades/Recomendações/Observações	Autimimo: re que a Jorquip enviou à Feam a Declaração da Gestão de RSS completa e corrigida, em meio digital, no prazo de 20 dias corridos a contar da data de recebimento desse auto. O descumprimento dessa determinação implicaria em conversão da advertência em multa simples. A Declaração deve ter sido enviada ao e-mail feam.gespe@sema.meioambiente.mg.gov.br.
--	--

Campo 12- Demais penalidades/Recomendações/Observações- Auto de Infração Ambiental nº 96.155/2016

III - DA DECISÃO ADMINISTRATIVA

7. Por meio do Ofício nº 974/2018 NAI/GAB/FEAM/SISEMA, a FEAM comunicou a decisão de manter a penalidade de advertência então aplicada, afastando-se, no entanto, a conversão em multa simples, tendo em vista que houve a confirmação do efetivo cumprimento do que fora, ao tempo da infração, requerido pelo agente fiscalizador da GESPE/FEAM, como segue:





A FEAM examinou o Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 452938/2016, Auto de Infração nº 96155/2016 e decidiu em 09/10/2018:

- manter a penalidade de advertência aplicada, sem conversão em multa simples, considerando o cumprimento da determinação prevista no Auto de Infração nº 96155/2016, situação atestada no Memorando FEAM/GESPE nº 37/2018; em conformidade com o teor do artigo 83, anexo I, código 102 e artigo 58, ambos do Decreto 44.844/2008, conforme Parecer Jurídico.

IV - DAS PRELIMINARES

IV.I - PERDA DE OBJETO DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 94.154/2016. COMPROVAÇÃO FINAL DE ATENDIMENTO PLENO DE INFORMAÇÕES, SEGUNDO MEMORANDO GESPE/FEAM Nº 37/2018

8. Argui-se, preliminarmente, a perda superveniente de objeto do auto de infração nº 96.155/2016 por esvaziamento do motivo que ensejou a sua respectiva lavratura, tendo em vista o próprio conteúdo do Memorando FEAM/GESPE nº 37/2018, que certificou o atendimento pleno de informações exigidas na Declaração de Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS.

9. Superada a suposta inconsistência de dados e informações, a partir de atendimento promovido pela Recorrente, não há razão fática para manutenção da penalidade originalmente aplicada, o que resulta na insubsistência do auto de infração contestado. Requer-se, com isso, a anulação do ato de atuação e o arquivamento definitivo do processo administrativo correspondente.

IV.II - INCOMPETÊNCIA LEGAL DA AUTORIDADE QUE PROFERIU DECISÃO ADMINISTRATIVA. INOBSERVÂNCIA DE REGRA ESTABELECIDADA NO DECRETO ESTADUAL Nº 47.347/2018

10. Dispõe o Decreto estadual nº 47.347/2018, no art. 17, parágrafo único, que a competência para decidir sobre as defesas interpostas quanto à aplicação de penalidades previstas na legislação por servidores credenciados e lotados na Diretoria de Gestão de Resíduos é do respectivo Diretor de Gestão de Resíduos, como segue:

Art. 17 - A Diretoria de Gestão de Resíduos tem como competência planejar, coordenar e supervisionar as ações para gestão de resíduos sólidos e de áreas contaminadas, com atribuições de:

(...)

Parágrafo único - Compete ao Diretor de Gestão de Resíduos decidir sobre as defesas interpostas quanto à aplicação de penalidades administrativas previstas na legislação em relação aos autos de infração lavrados pelos servidores credenciados lotados na respectiva Diretoria e pelos agentes conveniados da Diretoria de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - Dmat - anteriores a 21 de janeiro de 2011, relativos à matéria de competência desta Diretoria.

J.
i.

11. Na hipótese concreta, o auto de infração foi lavrado por servidor credenciado lotado na Gerência de Resíduos Especiais - GESPE, unidade integrante da Diretoria de Gestão de Resíduos, e a decisão administrativa decorrente do respectivo julgamento em primeira instância foi proferida diretamente pelo Presidente da FEAM, o que viola a regra de competência fixada no dispositivo supra, fazendo-a nula de pleno direito, e impede, sob o aspecto prático, um reexame integral dessa decisão por órgão de identidade diversa e de grau hierárquico funcional superior.

12. Caracterizada a violação da regra de competência decisória vigente, requer-se a nulidade da decisão administrativa proferida.

V - DO MÉRITO

V.I - DESCONSIDERAÇÃO DA ARGUIÇÃO DE INOCORRÊNCIA DE DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO DO SERVIDOR DO SISEMA

13. A decisão administrativa recorrida desconsiderou a arguição objetiva e comprovada, inclusive documentalmente, segundo o conteúdo de defesa, quanto à inocorrência de descumprimento de determinação de agente fiscalizador da GESPE/FEAM.

14. Demonstrou-se que, a partir da análise inicialmente procedida pelo órgão ambiental, seguiram-se, de fato, várias trocas de correspondências e informações, via e-mail, e também através de reunião presencial na sede da FEAM, o que serviu, efetivamente, para que a Recorrente tivesse os elementos necessários à formatação das informações requeridas. A disponibilidade e a persistência da Recorrente em adequar o conteúdo de informação técnica às diversas solicitações que se sucederam pela GESPE/FEAM já seriam suficientes para elidir qualquer suposta percepção de resistência ao cumprimento da Declaração de Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS, enquanto exigência fixada em normativa própria do COPAM.

15. Ademais, eventual descumprimento de determinação de agente fiscalizador somente poderia ser caracterizado em virtude de não atendimento às referidas solicitações, o que, na verdade, não ocorreu. Para cada exigência emitida, a Recorrente promoveu pronta resposta, fato que está registrado no próprio auto de fiscalização que intenta sustentar a aplicação da penalidade aqui combatida.

16. Cumulado a isso, destaca-se que as dificuldades enfrentadas pela Recorrente estiveram relacionadas, essencialmente, ao formato de apresentação das informações, cujo formulário fixado pelo órgão ambiental apresentava limitação às situações concretas decorrentes da prestação regular e licenciada dos serviços de tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS. Cite-se, exemplificativamente, as hipóteses em que havia solução municipal consorciada para o tratamento e destinação final de resíduos: as informações incluídas pela Recorrente refletiram dados e informações consolidados relativos à prestação de serviços efetivada ao gestor do respectivo consórcio, sem qualquer espécie de omissão ou lacuna. Nada obstante, entendeu o agente fiscalizador, em momento posterior, pela necessidade do detalhamento desses mesmos dados e informações segundo cada município consorciado, o que exigiu ajustes e revisão do conteúdo declarado. Ato contínuo à solicitação, houve atendimento pela Recorrente, não caracterizando assim descumprimento.

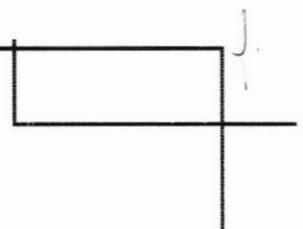
moisesfreire.com.br

✉ prazos@moisesfreire.com.br

31 3287 1412

Rua Maria Luiza Santiago, nº200, 12º andar
Santa Lucia - Belo Horizonte - MG - BR
CEP 30360-740

J.





17. Vê-se, portanto, sob os aspectos da segurança jurídica e da expectativa legítima do Administrado – inclusive levantados em defesa, objetivamente, pela Recorrente – que, não tendo havido ausência de resposta ou omissão no atendimento das solicitações emitidas pela GESPE/FEAM, a aplicação da penalidade restou unicamente assentada em juízo subjetivo de valor, em especial, do agente fiscalizador, e não em fato passível de caracterização enquanto infração ambiental.

18. Improcedente, pelos elementos expostos e arguidos, a manutenção da penalidade outrora aplicada, pelo que se requer, novamente, a reforma da decisão administrativa proferida e o arquivamento definitivo do respectivo processo administrativo.

VI - DOS PEDIDOS E DOS REQUERIMENTOS

19. Mediante regular recebimento, apreciação integral do presente recurso administrativo e observância estrita da Lei estadual nº 14.184/2002 e do Decreto estadual nº 47.383/2018, sob pena de nulidade, requer a Recorrente:

- a) a declaração de perda superveniente de objeto do auto de infração nº 96.155/2016 por esvaziamento do motivo que ensejou a sua respectiva lavratura;
- b) a nulidade da decisão administrativa em virtude da incompetência legal da autoridade decisora;
- c) a reforma da decisão de manutenção da penalidade de advertência, haja vista a inexistência de descumprimento de determinação ou obrigação ambiental.

20. Para todos os fins legais e processuais, sob pena de nulidade, que as intimações e notificações relativas ao auto de infração nº 96.155/2016 e processo administrativo correspondente sejam remetidas, via postal, em nome da Recorrente, para Unidade Santa Luzia, sediada na Avenida Lincoln Alves dos Santos, n. 740, Montes Claros/MG, CEP 39404-005.

21. Protesta provar os fatos e elementos defensivos alegados por todos os meios legalmente admissíveis e requer, desde já, a reavaliação do conteúdo das provas documentais apensadas na oportunidade da apresentação da defesa administrativa.

22. Nesses termos, pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2018.

Diego Koiti de Brito Fugiwara
Diego Koiti de Brito Fugiwara
OAB/MG nº 133.522

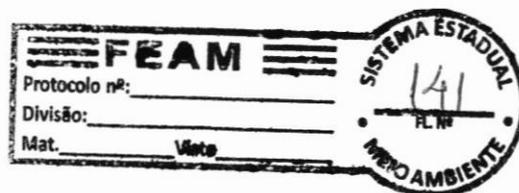
Jorge Moisés Júnior
OAB/MG 43.009

Bruno Malta Pinto
Bruno Malta Pinto
OAB/MG nº 96.863

Robert Luiz Gomes dos Santos
OAB/MG nº 183.197

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



Autuado: Serquip Tratamento de Resíduos MG Ltda.

Processo nº 452938/2016

Referência: Recurso relativo ao Auto de Infração nº 96155/2016, infração leve, porte pequeno.

ANÁLISE

1) RELATÓRIO

Serquip Tratamento de Resíduos MG Ltda. foi autuada como incurso no artigo 83, Código 102, do Anexo I, do Decreto nº 44.844/2008, pelo cometimento da seguinte irregularidade:

A Serquip descumpriu determinação de servidor credenciado, por não realizar as correções na Declaração da Gestão de RSS referente à unidade de Montes Claros solicitadas pela Gerência de Resíduos Especiais da FEAM, conforme detalhado no Relatório Técnico RT GESPE nº 06/2016.

Foi imposta a **penalidade de advertência** e determinado que a autuada **enviasse à FEAM a Declaração de Gestão de RSS completa e corrigida**, em meio digital, no prazo de 20 dias corridos a contar da data de recebimento do auto, sob pena de conversão da advertência em multa simples, no valor de R\$417,03 (quatrocentos e dezessete reais e três centavos).

A Autuada apresentou defesa tempestivamente, tendo sido mantida a penalidade de advertência, nos termos da decisão de fls. 104.

A Autuada foi notificada da decisão em 19/10/2018 e, irredutível, protocolizou Recurso tempestivamente em 16/11/2018, no qual argumentou que:

- houve perda superveniente de objeto do auto de infração, por esvaziamento do motivo que ensejou a sua lavratura;

- a decisão foi proferida por autoridade legalmente incompetente, em vista do disposto no artigo 17, do Decreto nº 47.347/2018, de modo que deveria ser anulada;

- não houve descumprimento de determinação do servidor da fundação, já que a Recorrente, ato contínuo, adequou o conteúdo às solicitações da GESPE/FEAM. Requereu seja declarada a perda superveniente do objeto do auto de infração; seja anulada a decisão administrativa em razão da incompetência da autoridade decisora ou reformada a decisão, haja vista a inexistência do descumprimento de determinação ou obrigação ambiental.

É a síntese do relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Os fundamentos fáticos e legais trazidos pela Recorrente não são bastantes para descaracterizar o auto de infração e, desta forma, afastar a penalidade de advertência. Senão vejamos.

Preliminarmente, arguiu a Recorrente a ocorrência de superveniente perda do objeto do auto de infração, por esvaziamento do motivo que ensejou a sua lavratura, ao considerar que atendeu às exigências da GESPE de correção das incoerências e dados faltantes da Declaração de Gestão de RSS.

A penalidade de advertência foi imposta no auto de infração em virtude de não terem sido realizadas as correções na Declaração da Gestão de RSS solicitadas pela Gerência de Resíduos Especiais da FEAM, conforme detalhado no Relatório Técnico RT GESPE nº 06/2016 e no Auto de Fiscalização nº 68651/2016. E na sequência do procedimento, após a análise da defesa, foi proferida a decisão de manutenção da advertência, que não foi convertida em penalidade de multa em virtude do atendimento à determinação do servidor do órgão ambiental, comprovada nos autos. Assim sendo, a advertência, como penalidade, sanção administrativa que é, prevista na Lei nº 7.772/1980 e no decreto que a regulamentava quando da autuação, o 44.844/2008, não se desconstitui ou se desconfigura, menos ainda perde o seu objeto, pelo atendimento à determinação



142

do servidor. Aliás, esse mesmo é o escopo da penalidade de advertência, possibilitar que o transgressor, que cometeu uma infração de natureza leve (e por isso deve ser sancionado), providencie a regularização cabível, no prazo estabelecido pelo órgão ambiental. Ou, caso não o faça, será a advertência convertida em multa. Não há, assim, qualquer dispositivo legal ou regulamentar que fundamente a extinção do procedimento quando atendidas as determinações do órgão ambiental pelo autuado. Rejeita-se, assim, a preliminar aventada pela Recorrente.

A autoridade que proferiu a decisão tem sua competência fundada no artigo 16-C, §2º, da Lei nº 7.772/1980¹, de forma que não procede a alegação da Recorrente de nulidade do ato.

A Recorrente sustentou que não houve descumprimento de determinação do servidor da fundação, já que, ato contínuo, adequou o conteúdo das declarações às solicitações da GESPE/FEAM. Com tal afirmação a Recorrente apenas corrobora as informações constantes do processo de autuação. Nesse sentido, durante todo o curso do processo administrativo foi amplamente demonstrada a inércia da Recorrente em atender às inúmeras solicitações da GERES relativas às informações constantes da Declaração de Gestão de RSS de 2015.

Foi explicado no Auto de Fiscalização nº 68651/2016: *Dessa forma, a GESPE concluiu que a empresa descumpriu determinação de servidor credenciado, uma vez que após as constatações de várias inconsistências e dados incompletos nas referidas declarações desde 2015, foram solicitados esclarecimentos e correções diversas vezes – por e-mails (apresentados no Relatório Técnico RT GESPE nº 06/2016) em reunião presencial - que não foram cumpridas.*

Acresço o esclarecimento do Memorando.FEAM/GESPE nº 37/2018, fls. 37: (...) *no caso do empreendimento em questão, após diversas solicitações de correção,*

¹ Art. 16-C. O autuado tem o prazo de vinte dias contados da notificação da autuação para apresentar defesa dirigida ao órgão responsável pela autuação, facultada a juntada dos documentos que julgar convenientes.

§ 1º A defesa será processada pelo órgão competente pela autuação, na forma prevista na Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, e o processo será decidido pelo Presidente da Feam, pelo Diretor-Geral do IEF ou pelo Diretor-Geral do Igam, conforme o caso, ainda que a fiscalização tenha sido exercida por órgão conveniado nos termos do §1º do art. 16-B.



realização de reunião presencial e apontamento em detalhes por esta gerência de incoerências e importantes dados faltantes na Declaração, permaneceram problemas na Declaração da Gestão de RSS enviada pela empresa.



Finalmente, destaco a conclusão do Relatório Técnico GESPE nº 06/2016: Dessa forma, a Gerência de Resíduos Especiais da FEAM verificou que a empresa Serquip descumpriu determinação de servidor credenciado, uma vez que, após a constatação de diversas inconsistências e dados incompletos nas referidas declarações desde 2015, foram realizadas solicitações de esclarecimentos e correções diversas vezes, tanto por e-mail quanto presencialmente, que não foram cumpridas em totalidade.

Evidencia-se que a Recorrente cometeu a infração capitulada no artigo 83, Código 102, do Decreto nº 44.844/2008 e, por conseguinte, deve mantida a penalidade de advertência, que não será convertida em penalidade de multa em razão de ter sido cumprida a determinação constante do auto de infração.

III) CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, sejam os autos remetidos à Câmara Normativa e Recursal do COPAM com a sugestão de **indeferimento do recurso e manutenção da penalidade de advertência**, prevista pelo cometimento da infração do artigo 83, Código 102, do Anexo I, do Decreto nº 44.844/2008.

É o parecer.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2020.

Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda

Analista Ambiental – MASP 1059325-9